



Para ANPR, há “indícios de adulteração” em diálogos de procuradores

A Associação Nacional dos Procuradores da República criticou a divulgação de mensagens de procuradores pelo site *The Intercept Brasil*. Nos diálogos, integrantes do MPF criticam a atuação de Sergio Moro como juiz e demonstram preocupação com a ida dele para o Ministério da Justiça. Para a ANPR, há indícios de que as conversas foram "adulteradas", além de serem "oriundas de crime cibernético".

Desde o início da publicação das conversas pelo *Intercept*, procuradores afirmam que seus celulares foram hackeados e relacionam o vazamento das conversas a uma ação criminosa — posicionamento reforçado pela ANPR em nota: "A Polícia Federal está investigando a prática de crimes cibernéticos contra integrantes do MP. Aguardaremos, com serenidade, a conclusão das investigações para adotar as medidas judiciais cabíveis em defesa de nossos associados".

Ainda na nota, a ANPR aponta uma série de erros que diz ter encontrado nas reportagens do *Intercept* e faz um "alerta à sociedade" sobre a "impossibilidade de considerar como verdadeiras essas mensagens que expõem procuradores da Republica a risco em sua incolumidade física e moral".

A nota da ANPR foi publicada antes da divulgação da [notícia](#) do *Correio Braziliense* informando que um procurador tinha reconhecido a troca de mensagens publicada na sexta.

Leia a nota da ANPR:

"A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) manifesta preocupação quanto à divulgação de mensagens atribuídas a integrantes do Ministério Público Federal com indícios de terem sido adulteradas e de serem oriundas de crime cibernético.

Neste sábado (29/6), por exemplo, o editor de um site publicou no Twitter mensagem atribuída ao procurador Angelo Goulart Vilella, que teria sido enviada em novembro de 2018. Vilella está afastado de suas atividades desde 2017. Depois de as redes sociais reagirem à informação, o site modificou o conteúdo.

O mesmo site publicou mensagem que teria sido escrita em novembro de 2018 pela procuradora Monique Cheker. Na mensagem há menção de que ela teria trabalhado, em 2008, no Paraná. Na verdade, ela atuou em 2008 como Procuradora de Contas do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro.

A publicação ainda divulgou uma mensagem que teria sido escrita em outubro de 2019 (no futuro, portanto) e atribuiu as supostas conversas a procuradores que atuariam na Lava Jato. A maioria dos colegas citados, no entanto, nunca trabalhou nessa operação.

A ANPR cumpre o dever de alertar a sociedade sobre a impossibilidade de considerar como verdadeiras essas mensagens que expõem procuradores da Republica a risco em sua incolumidade física e moral.

A Polícia Federal está investigando a prática de crimes cibernéticos contra integrantes do MP.



Aguardaremos, com serenidade, a conclusão das investigações para adotar as medidas judiciais cabíveis em defesa de nossos associados.

A ANPR se manterá implacável na defesa das prerrogativas funcionais dos procuradores da República, garantidas pela Constituição para que eles possam defender, com independência e autonomia, a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

Diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)"

Date Created

30/06/2019